

# Sem futuro: decreto acaba com 61 mil cargos

> Medida atinge universidades federais. UFRJ perderá 835 profissionais

ELISA MONTEIRO

elisamonteiro@adufrrj.org.br

**E**m uma canetada do governo Temer, quase 10% do quadro técnico-administrativo da UFRJ passou a trabalhar em funções sem futuro: 835 servidores são os últimos ocupantes de 24 cargos para os quais não serão autorizados novos concursos, de acordo com o Decreto nº 9.262, publicado dia 10 no Diário Oficial.

Ao todo, o decreto extingue ou proíbe concurso para cerca de 61 mil cargos da administração pública federal. Segundo a Pró-reitoria de Pessoal da UFRJ, 30 das funções extintas e 52 para as quais não haverá mais concurso – o que, na prática, significa o fim da função a longo prazo – dizem respeito às Instituições Federais de Ensino Superior.

O Ministério do Planejamento diz que a medida é necessária para “modernizar o serviço público e organizar melhor os quadros” e apenas afeta cargos obsoletos, que já não constam do novo plano de carreiras. Entre eles, telefonista, editor de videotape, assistente de som, datilógrafo e digitador. Nega que a decisão seja parte de um ajuste fiscal e afirma que ela não terá impacto financeiro.

O decreto, porém, prejudica funções importantes no



Elisa Monteiro

**CRÍTICA** Ana Carolina, bibliotecária no IFCS: “Os auxiliares farão muita falta”

cotidiano das federais. Entre os cargos para os quais não haverá mais concurso, estão os de auxiliar em administração (hoje eles somam 472 na UFRJ, segundo a pró-reitoria de Pessoal), assistentes de laboratório (hoje são 46), auxiliar de biblioteca e tradutor intérprete.

Segundo a pró-reitoria, a UFRJ tem apenas três tradutores e abriu duas vagas para o posto de Libras no concurso em andamento. A iniciativa responde à recente implantação de cotas para pessoas com deficiência nas federais.

A suspensão de novos concursos para tradutores de Libras causou perplexidade na comunidade universitária. “É irresponsabilidade completa. No momento em que discutimos inclusão, prescindir desse trabalho é um absurdo”, criticou a professora Mônica Pereira dos Santos, do Fórum UFRJ Acessível e Inclusiva.

A reitoria aponta impacto sobre a internacionalização da UFRJ. “A universidade, em pleno desenvolvimento das relações internacionais, não poderá concursar intérpretes. Por mais que os professores tenham língua estrangeira, não atende à demanda por troca de comunicações oficiais internacionais”, avaliou o pró-reitor de Pessoal, Agnaldo Fernandes. Para a

UFRJ, faltou diálogo com as instituições.

A Federação dos Trabalhadores das Universidades (Fasubra) se contrapõe ao governo: “O decreto extrapola os cargos do antigo plano de carreiras dos técnicos e entra no Plano de Carreira atual (Lei nº 11.091, de 2005)”, frisou Eurídice Almeida, coordenadora da Federação. A entidade se reunirá com os ministérios da Educação e do Planejamento na sexta-feira, 19, para discutir o tema.

Por e-mail, o Planejamento afirmou que “o cargo de tradutor intérprete não está relacionado com a política de cotas. As atribuições se referem à tradução de textos de qualquer natureza de um idioma para outro”. Questionado sobre eventual aumento de gastos com terceirização para suprir cargos que ainda serão necessários, o Planejamento informou que isso “dependerá da demanda de cada instituição”.



Laerte

Laerte

# Congresso do Andes reúne 500 professores

> Encontro vai debater estratégias de defesa da universidade pública. Adufrj leva maior delegação, com 25 docentes

KELVIN MELO

kelvin@adufjrj.org.br

Defender a universidade pública, gratuita e de qualidade e barrar as medidas que retiram direitos dos professores. Essa é a preocupação que levará mais de 500 docentes para o 37º Congresso do Andes, em Salvador (BA), de 22 a 27 de janeiro. O encontro é realizado todos os anos.

Fundado em 1981, o Andes é o sindicato nacional dos professores do ensino superior, com 121 associações filiadas — a Adufrj entre elas. A delegação da UFRJ ao Congresso é uma das maiores. São 25 docentes unidos na defesa da universidade, mas divididos pela estratégia a ser utilizada.

A atual diretoria da Adufrj, representada na delegação de Salvador por seis diretores, acredita que a melhor forma de proteger a universidade é mostrar para a sociedade a importância do conhecimento produzido na instituição,

priorizando o funcionamento da atividade acadêmica e só realizando greves como última alternativa. Já a oposição considera que a greve é o melhor instrumento na atual conjuntura, de duros ataques aos trabalhadores.

Essas duas concepções serão contrapostas durante o Congresso do Andes. A visão da diretoria da Adufrj, expressa na tese “Universidade para a Democracia”, na página ao lado, é minoritária no cenário nacional. A direção do Andes considera que deve ser construída uma greve do funcionalismo em defesa da educação e dos serviços públicos, preparando uma nova greve geral. A ideia está na tese “Movimento Docente, Conjuntura e Centralidade da Luta”, defendida também por professores da UFRJ de oposição à diretoria da Adufrj.

Todo trabalho realizado no Congresso, principal fórum deliberativo do Andes, é orientado por um Caderno de Textos, distribuído previamente pela internet. Qualquer sindicalizado, grupo de sindi-

calizados, diretoria de Seção Sindical ou mesmo a diretoria do Andes podem enviar teses para compor o Caderno.

## DEBATE NA ASSEMBLEIA

Na assembleia da Adufrj que discutiu o Congresso, no último dia 17, no Centro de Ciências da Saúde, os professores decidiram que os delegados da Adufrj estarão liberados para votar no Congresso conforme a consciência política de cada um no caso de temas polêmicos e de todas as teses não discutidas. A oposição à diretoria também enviou um texto para o evento chamado “Cem anos depois, a educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada no centro da luta anticapitalista”.

Por consenso, a assembleia rejeitou várias teses, como a que permitia a filiação de pensionistas pelas Seções Sindicais. E aprovou outras, como a que mantém apoio financeiro do Andes à Escola Nacional Florestan Fernandes, ligada ao MST.

## COMO FUNCIONA O CONGRESSO

No primeiro dia do congresso, ocorre a plenária “Movimento Docente, Conjuntura e Centralidade da Luta”. Após muito debate sobre os últimos acontecimentos políticos, é o momento de definir

os principais objetivos que vão guiar o Andes ao longo do ano.

A partir do segundo dia, entram em cena os chamados grupos mistos. Em agrupamentos menores, os professores

discutem os temas pautados no Caderno. Nas plenárias que se sucedem, também são debatidos todos os temas. Mas já com o subsídio de relatórios dos grupos mistos.

## TESE DA DIREÇÃO

# Universidade para a democracia

Maria Lúcia Werneck • Lígia Bahia • Eduardo Raupp • Maria Paula Nascimento Araujo • Tatiana Sampaio • Fernando Duda • Felipe Rosa

As universidades brasileiras estão sob forte ataque. Os cortes nos orçamentos incidem sobre as públicas de maneira extensa e intensa. A UERJ, que resiste, experimenta a maior recessão de sua longa trajetória de contribuição para o ensino, pesquisa e extensão. Simultaneamente, as forças anti-universidade pública propõem cobrança de mensalidades, ou seja o fim da gratuidade nos cursos regulares. O argumento falacioso é que as universidades pesam muito no orçamento e que a maioria dos estudantes que as frequentam pertence às classes altas.

Salários atrasados, limitação do número e valor irrisório de bolsas de pesquisa, desmonte institucional e redução drástica dos recursos para CT&I dificultam a manutenção das atividades cotidianas das universidades públicas. Essas condições restritivas, que a emenda constitucional do teto dos gastos prolonga pelos próximos 20 anos, afetam políticas públicas de educação fundamental, saúde, previdência, assistência social e cultura. Direitos sociais, especialmente os relacionados com emprego, aposentadoria e renda passaram a ser considerados privilégios pelo governo mais impopular da história do Brasil.

É preciso considerar, ainda, os efeitos da reforma trabalhista tanto nas universidades privadas, a exemplo das demissões em massa de professores pelo grupo Estácio, quanto sobre trabalhadores ter-

ceirizados contratados, já precarizados. Certamente, no próximo ano estaremos às voltas com a intensificação da oferta de postos de trabalho com contratos mais desfavoráveis aos professores de instituições privadas e aumento dos abusos e rotatividade de funcionários de serviços relevantes para a infraestrutura das universidades públicas.

O “desinvestimento” no público conjugado com a desidratação da legislação trabalhista e fechamento de canais de diálogo com entidades sindicais e movimentos sociais resulta em um regime político e econômico que acentua desigualdades, oprime e reprime. Privatizações de empresas estatais, desregulamentação de direitos, corte dos orçamentos para educação e CT&I e seus contrapontos — mais prisões, mais homicídios de jovens negros e mais massacres de assentamentos rurais —, afastam as perspectivas de inserção soberana do Brasil no cenário internacional.

Esse cenário impõe imensos desafios interpretativos e de organização política às universidades brasileiras. Temos uma dupla tarefa: a produção e difusão de conhecimentos sobre as estruturas e as conjunturas gerais e específicas que atingem negativamente as políticas públicas, e a defesa intransigente das conquistas sociais, da Constituição de 1988 e da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Em 2018, a Constituição Cidadã completa 30 anos de vigência. Cada sala de aula, cada reunião, cada assembleia poderá se tornar, assim como as praças

e ruas, um espaço de debates e organização de atividades de luta, de defesa, e de afirmação dos direitos de cidadania. As universidades deverão permanecer abertas, ativas para ampliar suas articulações com entidades da sociedade civil e com todos e todas que possam contribuir para reflexões e ações que resgatem as expectativas de construção de uma sociedade justa e igualitária.

## O CONGRESSO DO ANDES DELIBERA:

- 1 As universidades devem manter suas atividades acadêmicas e realizar esforços para debater com a sociedade a atualidade da Constituição de 1988, considerando seu caráter cidadão e as políticas públicas setoriais de ampliação de acesso a bens e serviços públicos, especialmente a Previdência Social;
- 2 Solidariedade aos docentes, técnico-administrativos e alunos da UERJ, da UEZO e UENF. Pela preservação e ampliação do orçamento e repasses de recursos para as universidades públicas estaduais do Rio de Janeiro;
- 3 Recomposição do orçamento para CT&I e reestruturação do Ministério de Ciência e Tecnologia;
- 4 Revogação da Emenda Constitucional 95;
- 5 Contra a redução dos orçamentos das Fundações de Amparo à Pesquisa. Pelo cumprimento dos repasses previstos nas legislações estaduais;
- 6 O Andes recomenda que todos os docentes de universidades públicas e privadas discutam com os alunos a Constituição de 1988 com os alunos no primeiro dia de aula; os professores devem entrar nas salas de aula com a Constituição de 1988 em mãos.

Laerte

# “O HU está pacificado”

FERNANDA DA ESCÓSSIA  
fernanda@adufrrj.org.br

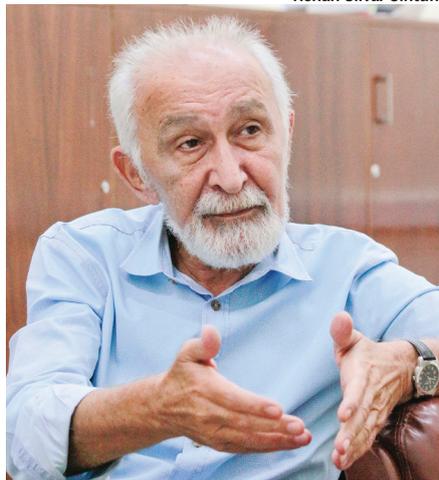
**D**e um telhado destruído a déficit de pessoal, passando por dificuldades no centro cirúrgico, desorganização nas áreas de arquivo, gestão e compras, há problemas de todo tipo no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. Quem admite é o próprio diretor do HU, Leôncio Feitosa, presidente licenciado do Sindicato dos Médicos. Questionado a fornecer uma lista de problemas da unidade, brinca: “Quantos dias você tem para ouvir?”

Feitosa assumiu em novembro de 2017, depois de uma intervenção determinada pela reitoria na unidade. Administra ainda o mal-estar provocado pela medida da Comissão Nacional de Residências Médicas, vinculada ao MEC, que, em dezembro de 2017, colocou em diligência 32 residências do HU. Representantes da comissão estadual visitaram o hospital no dia 11 de janeiro, e ainda este mês a Comissão Nacional deverá se pronunciar novamente. A mesma medida foi aplicada a residências do Hospital Pedro Ernesto, da Uerj, e a prova do concurso teve que ser adiada. Na UFRJ, as matrículas dos novos residentes estão mantidas e serão feitas em fevereiro.

## ■ Que balanço o senhor faz da visita da comissão?

**Leôncio Feitosa:** Foi feita uma visita pela Comissão Estadual. Essa visita produz um relatório que irá para Brasília

Renan Silva/Sintufrj



para ser votado na Comissão Nacional em 23 e 24 de janeiro. A partir daí vamos ver quais serão as recomendações. O principal problema era o início da residência. Isso está autorizado, vamos matricular em fevereiro e começar em março.

## ■ Na sua avaliação, o que precisa ser melhorado no HU?

**LF:** De início, o financiamento. O hospital está visivelmente subfinanciado. A partir daí, uma modificação do processo de gestão, processos, fluxos, compras... É preciso modificar a gestão nas áreas de farmácia e almoxarifado. Tudo isso se desloca para, de um lado, aumentar a produção do hospital e, de outro, permitir que os alunos ampliem a qualidade do aprendizado, pelo aumento das consultas, das cirurgias, das sessões clínicas.

## ■ O senhor assumiu depois que a Reitoria demitiu o diretor eleito do

## Hospital Universitário. O senhor se sente um interventor no HU?

**LF:** Acho que está pacificado. Temos feito reuniões frequentes com os serviços, sejam clínicos, cirúrgicos, de apoio, gestão... Não há resistência alguma política. Ao contrário, estamos querendo estimular para que a gente aumente a oferta de serviços para a população e a integração com as faculdades que usam o HU. Sou daqui há muitos anos, desde 86. É minha casa também. No processo, não há dúvida de que houve intervenção. Mas não me sinto interventor, temos um apoio grande. O processo foi de intervenção, mas interventor leva a outro tipo de pensamento.

## ■ O que o senhor está prevendo em termos de melhorias para o HU?

**LF:** Várias coisas. Desde corrigir o arquivo médico, onde ficam guardados os prontuários... Temos que corrigir problemas no centro cirúrgico. A questão de pessoal é grave, mas a reitoria está devagarzinho mandando pessoal, médico, fisioterapeuta... Vamos organizar a emergência, com o quantitativo de médicos necessários... Ela é uma emergência referenciada, para aqueles que já se tratam aqui. Não é emergência aberta. Vamos completar a instalação de ar condicionado para dar conforto a médicos, pacientes, enfermeiros. Uma ventania levou parte do telhado, mil metros quadrados... É tudo, manutenção de aparelhos, tomografia, ressonância... O hospital vem num desgaste de muitos anos... A gente está começando a identificar e priorizar as áreas que têm que ser priorizadas.

## RÁPIDAS

### REITORIA E CANECÃO

A reitoria da UFRJ ainda não respondeu a um ofício da diretoria da Adufrj, enviado no dia 9. O documento solicita a retirada de uma faixa do Canecão. A faixa conclama a população à greve contra as reformas do governo.

### FEBRE AMARELA

O Centro de Vacinação de Adultos da UFRJ, localizado no CCS, tem pedido doses contra a febre amarela à Secretaria Municipal de Saúde, sem sucesso. A resposta é que o estoque está baixo.

### LAERTE NAS PÁGINAS

Este boletim da Adufrj usa imagens criadas pela cartunista e chargista Laerte e publicadas na coletânea *Ilustração Sindical*, da Oboré Editorial (de 1989). Os desenhos da publicação são de domínio público.



Laerte